

A POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA PREFEITURA DO RECIFE- PERNAMBUCO

Ana Paula Amorim¹
Betânia Maciel.

Resumo²

Este trabalho objetiva analisar a Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife, desde sua formação em 2000 até 2012. Especificamente objetiva analisar os resultados obtidos nos grupos produtivos solidários do bairro de Santo Amaro. Utilizando a metodologia qualitativa e o método do estudo de caso, permeado por entrevistas semiestruturadas realizadas com membros dos grupos produtivos solidários e gestores públicos, apresenta o processo de formação desta política, marco legal e agenda de problemas. Neste sentido, conclui-se que os resultados socioeconômicos desta ação pública, para os grupos produtivos analisados no bairro de Santo Amaro, ainda não garantem a reprodução ampliada da vida.

Palavras-chave

Economia Solidária. Políticas Públicas. Políticas de Economia Solidária. Recife. Santo Amaro.

Abstract

This paper aims to analyze the Politics of Solidarity Economy City of Recife, since its formation in 2000 until 2012. Specifically aims to analyze the results obtained in productive groups supportive of the district of Santo Amaro. Using qualitative methodology and case study method, permeated by semi-structured interviews with members of groups supportive and productive public managers, shows the formation process of the policy, legal framework and agenda problemas. Neste sense, it is concluded that the results of this socioeconomic public action to productive groups analyzed in Santo Amaro, yet ensure expanded reproduction of life.

Keywords

Solidarity Economy. Public Policy. Political Economy of Development. Recife. Santo Amaro.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar a Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife, desde a sua formação em 2000 até 2012. Especificamente objetiva analisar os resultados obtidos nos grupos produtivos solidários do bairro de Santo Amaro. A partir da caracterização desta política pública, busca-se problematizar se a ação governamental no campo da Economia Solidária induz a novos modos de ação pública?

A Economia Solidária se insere no contexto de redemocratização do país e das lutas dos movimentos sociais por acesso às políticas públicas, como forma de contrapor o cenário de crise da sociedade salarial, mencionado por Castels (1998), em que expressa a multiplicação de indivíduos que ocupam a posição social de supranumerários ou inempregáveis: ao contrário de uma situação anterior, em que se encontravam socialmente integrados (ainda que explorados), estes trabalhadores teriam se tornado supérfluos. A desestruturação da condição salarial e seus impactos em termos de desfiliação tem muito a dizer sobre o contexto em que emerge a Economia Solidária.

Assim, as Políticas de Economia Solidária vêm de encontro à metamorfose da nova questão social, que, de acordo com Castels (1998), estas transformações estariam ligadas à perda da centralidade dos postos de trabalho, acarretando mudanças, pois a sociedade salarial estaria deixando de incluir trabalhadores, fazendo com que o debate transgrida e passe a se desenvolver em torno do fenômeno da exclusão e da desfiliação social a que são acometidos os trabalhadores.

Na confluência deste cenário, sob o escopo de governos de esquerda emergem as primeiras ações públicas de incentivo à Economia Solidária no país. A primeira delas foi gestada no Rio Grande do Sul, no Governo de Olívio Dutra. Na sequência, estas experiências foram desenvolvidas nas cidades de São Paulo, Santo André, Salvador e no Recife. (Icaza, 2006)

Este último caso reflete nosso objeto de pesquisa, sendo considerado emblemático neste tipo específico de ação governamental, pois sua formulação antecede a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal, ocorrida em 2003.

Neste caso, nossa escolha se justifica pela singularidade desta experiência e da necessidade de refletir sobre estas ações, em um momento de grande seca, que acomete a região Nordeste, situação que também assola negativamente a capital pernambucana e, conseqüentemente, os membros da Economia Solidária. Ainda, por se tratar de um momento no país em que os economistas anunciam, como de pleno emprego.

No nosso caso, como realidade empírica, nos atemos às ações das Políticas de Economia Solidária da Prefeitura do Recife e seus resultados sociais e econômicos nos grupos produtivos solidários do bairro de Santo Amaro, território conhecido por possuir tradição em associativismo e cooperativismo.

1 Origens históricas da Economia Solidária

Este espaço visa discutir as origens históricas do fenômeno da Economia Solidária, refletir sobre o contexto socioeconômico de seu surgimento, ressaltar a pluralidade de denominações deste campo, e a multiplicidade de interpretações dos autores sobre o tema, em que tomamos como base três reflexões distintas.

Nas últimas décadas, a Economia Solidária tem se tornado tema de inúmeros trabalhos acadêmicos em instituições de ensino e pesquisa no país. O aumento significativo destes trabalhos se deve à importância teórica e empírica das práticas sociais e políticas desse fenômeno, que é fruto da gênese das transformações ocorridas no tecido social, e da conseqüente organização dos movimentos sociais envoltos numa dinâmica de resistência, pautada através de iniciativas contra-hegemônicas, com o objetivo de superação e transformação do cenário socioeconômico contemporâneo e das conseqüências nefastas e excludentes do modo de produção vigente.

A singularidade do processo de Economia Solidária decorre de sua complexidade, pois se trata de um *fato social total* (MAUSS, 1974). Em outras palavras, o fenômeno reflete a confluência de inúmeras iniciativas populares em prol da superação das desigualdades e da exclusão social, vivenciadas pelos contextos populares nos territórios urbanos e rurais do país.

São ações emblemáticas, já que refletem um fenômeno dotado de significados e significantes que espelham o imaginário social da população, indicando que os eventos na Economia Solidária estão envoltos por ações políticas multidimensionais que requerem observação e análise holística minuciosas do fenômeno.

Historicamente, a Economia Solidária está imersa em uma realidade e contexto social específicos. Assim, para realizar seu debate epistemológico e conceitual demanda a construção de um quadro explicativo que perpassa pela reflexão das consequências socioeconômicas do capitalismo. É indispensável situar, portanto, a Economia Solidária dentro de um espectro maior, em que está interligada a processos, como: precarização do trabalho, exclusão social, dentre outros.

Desta forma, faz-se necessária uma imersão sobre as origens e a evolução desse fenômeno social, seus antecedentes históricos, seu condicionamento, bem como sua transversalidade e desafios conceituais e práticos.

2 A pluralidade dos significados da Economia Solidária

Sob a denominação de diversas nomenclaturas, a Economia Solidária, ou economia popular solidária, economia do trabalho, economia de comunhão, socioeconomia solidária, economia social, possui em sua gênese uma polissemia de significados, pois, de acordo com Singer (2002), o conceito de Economia Solidária ainda está em construção. Diante desse fato, para fins teóricos, adotamos no presente trabalho o termo de Economia Solidária, termo utilizado conforme os parâmetros do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Para estudar o legado teórico dos escritores sobre a temática, é necessário situá-la dentro de um escopo de disputas conceituais. Esta tarefa possibilita delimitar com maior exatidão a identidade da Economia Solidária, ocasião em que se desvenda a visão dos autores sobre o tema e, dessa forma, se constrói o quadro conceitual da temática.

De acordo com Lechat (2004), na Economia Solidária coexistem duas situações distintas: realidades e categorias que conservam sentidos internos, e plurívocos. Ou seja,

uma pode possuir vários significados, dependendo do lugar e da época. Por isso, a categoria Economia Solidária é marcada pela historicidade e o sentido que lhe é atribuído se transforma de acordo com as análises e os cenários investigados. A reflexão sobre seus usos elucida os significados latentes do fenômeno e facilita o seu entendimento dentro do contexto contemporâneo.

Na visão de Gaiger (2002), existe uma proliferação de trabalhos sobre as novas manifestações da solidariedade, inúmeras questões e prismas de análise. Esta interpretação também é feita por Leite (2009), na qual cita ser necessário destacar que não existe nenhuma unanimidade no que concerne ao conceito de Economia Solidária. Essa profusão de experiências engendra um conjunto de movimentos de Economia Solidária em nível nacional e internacional, trazendo à tona para os pesquisadores novos problemas que não haviam sido pensados anteriormente, como é o caso das políticas públicas.

3 As Políticas de Economia Solidária no Brasil

Em um país de dimensões continentais como é o caso do Brasil, com uma impressionante diversidade cultural e territorial, as realidades vivenciadas em cada região específica apresentam particularidades que são muitas vezes paradoxais e incompatíveis. Abarcar essa realidade é um trabalho árduo e contínuo que demanda tempo e um esforço especialmente direcionado para cada caso.

No Brasil, verificou-se que algumas primeiras experiências práticas já vinham sendo implementadas por trabalhadores e organizações sociais desde a década de 1970. Na década seguinte, novas formas de promover as políticas públicas foram implementadas em virtude das profundas mudanças políticas ocorridas ao longo da década, com o processo de redemocratização e reimplantação das eleições diretas que contribuíram decisivamente para a transformação institucional pela qual passa o sistema protecional. A constituição promulgada em 1988 previu uma forma de organização que priorizava a descentralização fiscal (Arretche, 2003; Souza, 2006).

E aí é importante destacar como as políticas públicas relacionadas às áreas de saúde,

assistência social, habitação, saneamento e educação fundamental, a partir de então passaram a ser implantadas, através da ótica da descentralização que, aos poucos, transferiu um conjunto significativo de atribuições de gestão aos estados e municípios, cuja gestão de políticas públicas se dá de três formas distintas, a saber: por iniciativa própria, adesão a um programa proposto por outro nível, mais amplo, de governo, por imposição constitucional (Arretche, 2003; Nagem; Silva, 2011).

As discussões voltadas para as políticas públicas, em especial a Economia Solidária, emergem no Brasil na década de 1990, paralelamente à crise econômica que se vivenciava nessa época. Com isso se discutia novas formas de reconfiguração dos papéis atribuídos ao Governo e à sociedade. (Nagem; Silva, 2011).

É nessa época que a discussão ganha força e passa a permear os espaços acadêmicos, bem como ambientes de discussão e troca de experiências, como Fóruns e Redes. As formas de organização econômicas que tomam por base o trabalho coletivo e a autogestão conquistam espaço na agenda governamental, através da criação de políticas públicas, a partir da metade da década. Com a reforma pela qual passa o Estado nesse período, a descentralização ocorre também, envolvendo as parcerias e contatos de gestão, sob diversas formas, nas quais entidades privadas sem fins lucrativos passam a gerir recursos oriundos dos órgãos governamentais. (Nagem; Silva, 2011).

Na década de 1990, intensificou-se no Brasil e na América Latina em consequência da ampliação da política neoliberal, tendência que é tardiamente implementada no Brasil, em que a atuação do Governo passa a ser através da política do chamado estado mínimo, cuja intervenção estatal se dá apenas na atuação regulatória dos mercados, responsáveis por deter os fatores produtivos. Em consequência disso, observou-se um considerável aumento da população desempregada, cuja mão de obra não consegue ser absorvida pelo mercado de trabalho. (Nagem; Silva, 2011).

Com a realidade do desemprego e as consequentes dificuldades geradas, são colocadas em evidência as discussões em torno da velha temática do desenvolvimentismo, agora com destaque para a questão do trabalho colocada em pauta no Brasil. Ao Estado, nesse momento, cabia exclusivamente planejar e executar ações para transformar o ambiente de desemprego em uma situação de inserção. (Nagem; Silva, 2011).

Até então, o desenvolvimento de políticas públicas compreendia quase que exclusivamente a geração de emprego, obedecendo à lógica do assalariamento e das relações clássicas de emprego e renda. Nesse contexto, a maior preocupação era oferecer capacitação técnica, enquanto principal eixo de atuação do Governo, por se compreender que o desemprego era resultado, principalmente, da ausência de qualificação profissional. Em meio a esse cenário, Nagem e Silva (2011) destacam o surgimento da Economia Solidária no contexto das políticas públicas dentro dos programas existentes de emprego e renda.

4 A agenda da política de Economia Solidária do Recife

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, através da vitória nas eleições municipais do Recife, em 2001, inaugura um momento histórico na trajetória das políticas de trabalho e renda no município. Inaugura na cidade a possibilidade de incorporar às políticas públicas o apoio ao desenvolvimento da Economia Solidária (Medeiros; Gervaes, 2006).

A partir deste marco na mudança da política com foco para promoção de demandas dos movimentos populares, foi criada, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) da Prefeitura, uma Diretoria de Economia Solidária. O segundo momento consistiu em chamar e envolver a sociedade civil e os movimentos sociais neste processo de fundação da Política de Economia Solidária da Prefeitura do Recife, como forma de partilhar experiências e contribuir com a formação desta ação governamental. (Medeiros; Gervaes, 2006).

Durante este processo, a tática utilizada na secretaria foi de ouvir e conversar a sociedade civil, movimentos sociais, ONGs, igrejas, entidades de fomento, sindicatos, associações, cooperativas, universidades, dentre outros e fomentar espaços de diálogo sobre o tema com estas organizações. O intuito era estabelecer articulações entre o Estado e a população, como forma de congregar sinergia entre ambos, dentro de um amplo processo democrático. (Medeiros; Gervaes, 2006).

5 A formulação e implementação da Política de Economia Solidária

Para compor as estratégias de promoção à Economia Solidária, o associativismo foi o grande princípio adotado pela Prefeitura, pois é uma marca registrada das experiências solidárias.

Outra característica desta política municipal é a utilização da nomenclatura economia popular solidária para citar as formas populares de organização socioeconômica do tecido social. De acordo com Medeiros; Gervaes (2006),

É por isso que utilizamos a nomenclatura de economia popular e solidária ao invés de apenas Economia Solidária, pois a política pública em organização deve ainda considerar a construção histórica dos movimentos populares como sujeitos protagonistas de sua ação. (Medeiros; Gervaes, 2006, p-157).

Outro fator importante a ser destacado na construção desta política diz respeito ao campo das prioridades. Ela foi proporcionada a certos segmentos sociais, tendo como base primazias estabelecidas a partir de diagnóstico da realidade local e dos setores mais necessitados dos contextos populares. Assim, as prioridades estabelecidas foram as seguintes:

Os catadores e os pescadores artesanais, em função de sua importância ambiental e sua grande vulnerabilidade social. Os proprietários de pequenos restaurantes populares e produtores de alimentos populares em geral, pelo número de pessoas que atuam nesta atividade e também em função de uma possível integração com a construção da política pública de segurança alimentar e de combate à fome. Os artesãos da costura e do setor têxtil, em função da forte presença das mulheres neste segmento (Medeiros; Gervaes, 2006, p-157).

Para tanto, a implementação desta política foi arquitetada, tendo como base quatro linhas de atuação fundamentais: reforço e apoio às redes sociais de economia popular e solidária; reforço e apoio ao desenvolvimento do associativismo e do cooperativismo; desenvolvimento do artesanato; e democratização do acesso ao crédito (Medeiros; Gervaes, 2006).

O reforço e apoio às redes sociais de Economia Solidária têm como orientação basilar o desenvolvimento do lugar, em que foi dada prioridade para o espaço local. Nesta perspectiva, o principal desafio desse eixo foi agregar estes espaços, visando colaborar com a edificação de novas relações sociais e de espaços públicos autônomos. Esta estratégia consiste na mudança de foco das políticas públicas do município, antes centradas no desenvolvimento comunitário, assistência aos pobres, para uma proposta de desenvolvimento territorial. (Medeiros; Gervaes, 2006).

Desta forma, as ações de desenvolvimento local aconteciam em diversos bairros da cidade, tipificados com Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis). Elas constituem zonas urbanizadas do município dotadas de habitações consideradas precárias onde residem moradores de baixo poder aquisitivo. Estas áreas ainda estão tipificadas em subáreas de acordo com a região política administrativa (RPA). A Prefeitura do Recife, balizada através da Lei Orgânica de 1989, equacionou o município em seis RPA, em que podemos citar: RPA 1 corresponde ao centro da cidade, RPA 2, Norte; RPA 3, Noroeste; RPA 4, Oeste; RPA 5, Sudoeste; e RPA 6, Sul. (Medeiros; Gervaes, 2006).

Este eixo, com enfoque para as ações de desenvolvimento, visava colaborar para a emancipação econômica e política dos cidadãos, de forma a fomentar a organização de redes sociais internas desenvolvidas em comunidade, e externas, articuladas com outros bairros e organizações.

6 Caracterização socioeconômica dos grupos produtivos solidários

Os dados abaixo se referem à pesquisa de campo realizada com três grupos produtivos da comunidade, são eles: Flor do Amanhecer, Grupo Associação dos Artesãos de Pernambuco, Grupos Associados de Produção Artesanal, totalizando um percentual de nove entrevistas semiestruturadas, que foram aplicadas aleatoriamente com os membros, tendo como base a pesquisa com um líder e dois membros de cada grupo. Os questionários têm como objetivo levantar o perfil socioeconômico dos cooperados.

Os dados coletados indicam certo equilíbrio entre os membros dos grupos que têm entre 27 e 40 anos e entre 41 e 50 anos, na faixa de 20%, demonstrando predominância para a faixa dos membros com mais de 60 anos, totalizando 30%.

A pesquisa ainda identificou que 67% dos membros dos grupos são mulheres. De acordo com Costa (2007) “O trabalho na economia solidária representa uma das formas de ocupação para muitas mulheres em condição de pobreza. São iniciativas que, na maioria das vezes, são fomentadas ou incentivadas por organizações da sociedade civil ou poder público”. (Costa, 2007, 63).

Outra característica que pode explicar este fenômeno é a tradicional divisão social do trabalho, pelo fato de as mulheres que trabalham nos grupos terem maior liberdade em questão de horário de trabalho ou até mesmo de realizarem a produção em sua residência, o que possibilita cuidar mais diretamente de filhos, maridos e casa.

No item escolaridade, a maioria dos membros dos grupos produtivos, o que corresponde a 65% dos entrevistados, ou possui o ensino fundamental ou o médio incompleto, demonstrando que a maioria dos membros possui baixa escolaridade. Essa situação corrobora com a paisagem encontrada por Costa (2007) em sua pesquisa de mestrado, onde percebeu a baixa escolaridade dos membros das cooperativas estudadas em sua análise.

No item renda, cerca de 45% dos entrevistados não possuem um valor fixo mensal. Este fato decorre de que a maioria dos grupos não possui registros de entrada e saída de produtos, compra de insumos, ou seja, inexistente um serviço de contabilidade que verifique o que foi ganho com a comercialização dos produtos, o que foi investido na compra de insumos, e outras despesas, como transporte de mercadorias, tributos, aluguéis de espaços para comercialização, entre outros.

Outro fator é de que alguns dos grupos não possuem uma clientela fixa, dependendo necessariamente das encomendas que chegam naquele mês. Por exemplo, o grupo das costureiras que depende dos pedidos realizados para confeccionar as roupas solicitadas. Fator observado também nos grupos culturais que não têm uma frequência exata de apresentações e dependem de ciclos festivos, como São João, Carnaval ou Dia das

Mães, para realizar suas apresentações que dependem 99% de convites e contratos ocasionais com os poderes públicos.

Cerca de 30% dos entrevistados possuem renda de até R\$150,00. Esta característica evidencia que grande percentual dos membros dos grupos ainda não consegue alcançar a renda referente ao valor do salário-mínimo para sobreviver. Esta característica talvez aponte a resposta para uma Economia Solidária ainda fundada na subsistência, e por isso percebida como residual. Este dado, além de tudo, é significativo, pois aponta para a importância das Políticas Públicas de Economia Solidária como potencial de inclusão de milhares de pessoas nos contextos populares.

Dados referentes à condição de trabalho dos familiares mostraram que 40% dos entrevistados possuem na família parentes trabalhando no comércio formal, com carteira assinada. E 60% possuem parentes que trabalham por conta própria, em feiras, ambulantes, informais, bairro, dentre outros. Este fator indica que a ação pública para a Economia Solidária deve beneficiar especialmente um grande contingente de desempregados.

Os entrevistados apontaram as principais motivações para estarem organizados em grupos. Para a grande maioria, o fator geração de renda foi o principal motivo, pagar as contas, sustentar filhos e casa, dentre outros. Cerca de 15% apontaram o fator inclusão social, saída das drogas, alcoolismo, alternativa de inserção de idosos em atividades que gerem renda extra. No mais, 10% citaram a opção de reunir o grupo, conversar, espalhar, enquanto trabalha. E 15% alegaram que o auxílio advindo do grupo ajuda a superar as adversidades, a falta de apoio familiar, e os jovens a sair da prostituição e drogas, dentre outros.

CONCLUSÕES

Uma das principais demandas e desafio atual da esfera pública governamental tem sido responder ao surgimento de uma outra economia que tem garantido a reprodução da vida de uma parcela crescente da população, denominada economia solidária que pela composição social depende da ação articulada e integrada de políticas públicas.

Diante deste processo de conquista de espaço na agenda pública, as discussões acerca da temática já são razão para falarmos em um salto crescente de iniciativas válidas. Estas iniciativas requerem constante reciclagem e debates sobre suas intervenções.

Sobretudo, se tratam de ações bem quistas que se encontram em seus primeiros passos. E o debate se torna indispensável para a construção e amadurecimento de ações que gerem impactos satisfatórios sobre a vida das populações assistidas, dentro do escopo das ações governamentais de promoção da economia solidária e o desenvolvimento local.

Para finalizar, nossa intenção não foi de levar a cabo uma crítica sobre a política ou até mesmo à Prefeitura do Recife. Nosso intuito, como pesquisador da área, foi construir um conjunto de reflexões que dêem condições de pensarmos as possibilidades de existência dos grupos produtivos solidários e em que contextos estão sendo desenvolvidas políticas que se dizem emancipatórias.

A situação é ilustrativa para propormos aproximações para novas agendas de pesquisa e melhor conhecer as representações sociais destes grupos em relação ao quesito trabalho, às identidades sociais, o sentimento de pertencimento, novas formas de indução da Política de Economia Solidária, as características peculiares dos contextos populares na perspectiva da Economia Solidária nos territórios urbanos e rurais, apropriação e uso de tecnologias de informação e comunicação pelos grupos, dentre outros.

Todas estas propostas são meios de aperfeiçoamento das iniciativas públicas neste campo, com a obrigação de não diminuir o seu sentido, mas considerá-las e as reconhecer, pois outra economia acontece e precisamos traduzir a sua riqueza, não limitando a reflexão ao que não deu certo, mas também pensando nas possibilidades de re-significação das políticas para o movimento social da Economia Solidária.

Referencias

CASTELS, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

ICAZA, A. M. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al (Orgs.). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 171-180.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. vol.2, São Paulo: Edusp, 1974.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002^a.

LECHAT, Noelle Marie Paule. *Trajetórias Intelectuais e o Campo da Economia Solidária no Brasil*. Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp. 2004 (Tese).

GAIGER, Luiz Inácio. *A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista*. 2002. Agência de desenvolvimento solidário. Disponível em: www.ads.org.br

LEITE, M. A economia solidária e o trabalho associativo (2009) *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.24 no. 69 São Paulo, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092009000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 3 de mar. 2013

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), São Paulo, v. 18, n.51, p. 7-9, 2003.

SOUZA Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. A inserção da economia solidária na agenda da política pública federal de geração de trabalho e renda. In: *Encontro Internacional de Economia Solidária*, 7, 2011. São Paulo. [Anais], São Paulo: USP, NESOL, 2011.

GERVAES, A. D, MEDEIROS, A. (2006), “O apoio ao desenvolvimento da economia popular e solidária”. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, G.; MEDEIROS, A. (Orgs) *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto, UFRGS.

¹ Ana Paula Amorim – Jornalista Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local –UFRPE ana.ecosolidaria@gmail.com Betânia Maciel. Professora Dra. do Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local –UFRPE betaniamacie@gmail.com

² Pesquisa de dissertação realizada no Mestrado de Extensão Rural e Desenvolvimento Local, orientada pela Prof. Dra. Betânia Maciel.